



QUESTÃO SOCIAL, EDUCAÇÃO INTERCULTURAL E POLÍTICAS PÚBLICAS NO CONTEXTO DA PAN- AMAZÔNIA: UMA QUESTÃO DE DIREITO.

Marlene de Deus Lima¹

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo realizar uma reflexão sobre a relação complexa entre questão Social, educação intercultural e políticas públicas enquanto garantia de direitos dos povos residentes em região da Pan- Amazônia, apontando as contribuições do serviço social na garantia de uma educação de qualidade aos povos amazônidas. Parte-se da afirmação de que a questão social interfere diretamente na garantia de uma educação de qualidade caso esta não seja implementada em conjunto com outras políticas públicas imprescindíveis que garanta não somente o direito a educação, mas também a permanência e o êxito dos discentes em seus respectivos cursos. É papel do(a) assistente social, enquanto profissional qualificado tecnicamente para intervir nesta problemática, pois tem nas políticas públicas seu principal instrumento de trabalho.

Palavras-Chave: Questão Social; Educação Intercultural; Políticas Públicas.

ABSTRACT: Capitalism, neoliberalism, globalization, implications for the workplace and the construction of public policy. This paper aims to conduct a historical review of the complex relationship among capitalism, neoliberalism and globalization, pointing out their implications in the world of work and the construction of public policies, identifying the contribution of social service in the construction and guarantee of rights, defense and fight in favor of a new form of human sociability, which denies the capitalist order as a structuring axis of this sociability. It is part of discussions about the ways in which capitalism presents itself to each historical context and its impact on the work's world and public policy as an instrument of social worker's intervention.

KEYWORDS: Capitalism; Workplace; Public policy; Social Service.

¹ Assistente Social atuando junto a Secretaria Municipal de Saúde de Manaus e do Instituto Federal do Amazonas, especialista em Serviço Social e políticas públicas na área da saúde (UFAM) e mestranda em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia (UFAM),

1- INTRODUÇÃO

A educação indígena de qualidade, e mais especificamente, a educação intercultural, é um grande desafio para nós assistentes sociais que trabalhamos no Instituto Federal do Amazonas e acompanhamos alunos indígenas em nossos Campi na Pan-Amazônia. Pois o que se percebe são currículos extremamente técnicos, metodologias tradicionais, materiais didáticos inadequados, descaso social, o que nos leva a acreditar numa significativa diferença entre o que as normatizações propõem e o que os indígenas vivenciam na prática.

O presente artigo tem como objetivo realizar uma reflexão sobre a relação complexa entre questão Social, educação intercultural e políticas públicas enquanto garantia de direitos dos povos residentes em região da Pan- Amazônia, apontando as contribuições do serviço social no sentido de oportunizar uma educação de qualidade aos povos amazônidas. Parte-se da afirmação de que a questão social interfere diretamente na garantia de uma educação de qualidade caso esta não seja implementada em conjunto com outras políticas públicas, imprescindíveis que garanta não somente o direito a educação, mas também a permanência e o êxito dos discentes em seus respectivos cursos. Neste contexto, é papel do (a) assistente social intervir nesta problemática, pois tem nas políticas públicas seu principal instrumento de trabalho.

2- DESENVOLVIMENTO

Desde seus primórdios, o capitalismo tem uma lógica de funcionamento bem específica: organizar o trabalho humano para produzir mercadorias que serão vendidas por preço superior ao seu custo. A extração de mais-valia é, igualmente, extração de mais-poder. Ao organizar a produção, o capitalista organiza, também, toda a sociedade, subjugando as diferentes lógicas sociais a uma lógica mercantil, produtivista e concorrencial. Para tanto, fazem-se necessários à coerção e o disciplinamento da força de trabalho (CATTANI,2004).

No mesmo contexto do capitalismo, a expressão “questão Social” surge para dar conta do fenômeno do pauperismo, denominação dada aos impactos sociais vivenciados na Europa Ocidental por conta da onda da industrialização ocorrida no século XVIII. A pauperização massiva da população trabalhadora constituiu o aspecto mais imediato da instauração do capitalismo em seu estágio industrial-concorrencial (NETTO,2001).

Assim, a designação do pauperismo pela expressão “questão social” relaciona-se diretamente aos seus desdobramentos sociopolíticos. Para a ordem burguesa que se consolidava, os pauperizados não se conformavam com sua situação, resultando em inúmeros protestos, chegando a configurar-se em ameaça real às instituições sociais existentes. Foi nesta dinâmica de inconformismo da maioria da população frente às mazelas sociais e a ordem burguesa que o pauperismo passou a ser denominado de “questão social” (NETTO,2001).

No âmbito do pensamento conservador, a “questão social”, passou a ser naturalizada e objeto de ação moralizadora. Em ambos os casos, o enfrentamento das suas manifestações deve ser função de um programa de reformas que preserve, antes de tudo e mais, a *propriedade privada dos meios de produção*. O tratamento dado às manifestações da “questão social” é expressamente desvinculado de qualquer medida tendente a problematizar a ordem econômico-social estabelecida; deve-se combater/tratar as manifestações da “questão social” sem tocar nos fundamentos da sociedade burguesa. Tem-se, segundo Neto, um “reformismo Conservador” (NETTO,2001).

NETTO (2001), citando Marx infere que a “questão social” está elementarmente determinada pelo traço próprio e peculiar da relação capital/trabalho-exploração. A exploração, todavia, apenas remete à determinação molecular da “Questão social”, na sua integralidade, longe de qualquer uncausalidade, ela implica a intercorrência mediada de componentes históricos, políticos, culturais etc. Para ele, toda luta contra as manifestações da questão social, sejam elas sociopolíticas ou humanas está condenada a enfrentar sintomas, conseqüências e efeitos.

NETTO lembra que a partir da década de setenta esgota-se a onda longa e expansiva da dinâmica capitalista. Á redução das taxas de lucro, condicionadas também com a ascensão do movimento operário levou o capital a responder com uma ofensiva política e econômica denominada de neoliberalismo/globalização. Erodio-se o fundamento do Welfare State em vários países e a resultante macroscópica social

saltou à vista: o capitalismo “globalizado”, transnacional”, e pós-fordista” deixou a vista a “nova pobreza”, os excluídos” etc. Ou seja, deixou transparecer a “nova questão social”.

Oliveira (2010), afirma que nunca se teve um Estado de Bem –Estar no Brasil. Até 1930, a pobreza foi considerada disfunção social e foi tratada como sendo caso de policia. Quando o Estado resolveu enfrentar os problemas de forma institucionalizada, optou por ações pontuais e fragmentadas, mais voltadas p/ a regulação do mercado de trabalho.

A Constituição Federal de 1988 atrás como características na política social, o acesso apenas da parcela da população que se encontra formalmente no mercado de trabalho, configurando o que SANTOS (1987) chama de “cidadania regulada”. Ou seja, aos excluídos restam apenas a assistência social, entendida como ajuda aos necessitados, complementaridade e excepcionalidade desenvolvida através de programas pontuais, desarticulados ou, simplesmente, puro assistencialismo paternalista destinado aos destituídos.

Netto (2001) defende que não existe “nova questão social”. Mas que, na verdade, as análises devem direcionar-se para além de uma permanência de manifestações “tradicionais” da “questão social” e a emergência de novas expressões da “questão social”. Que a mesma é insuprimível sem a supressão da ordem do capital.

A crise estrutural do sistema capitalista a cada dia torna-se muito mais profunda, invadindo não só o mundo das finanças globais, mas também todos os domínios da nossa vida social, econômica e cultural. No campo do trabalho, a superpopulação relativa começa a ser maioria dos trabalhadores, a “totalidade da força de trabalho da sociedade”(MESZÁROS,2009).

Ao refletir sobre as transformações causadas pelo modelo de desenvolvimento capitalista nos Estados do norte do Brasil, especialmente no Estado do Pará, NASCIMENTO (2009) infere que a forma e política com que vem operando as multinacionais do chamado grande capital explicam a intensa submissão da classe trabalhadora a um constante processo de pauperização. Que em nome de uma retórica do desenvolvimento regional e da integração da Amazônia ao Brasil e ao mundo, o que na verdade tem se expressado é a pauperização cada vez maior dos seus habitantes nativos e imigrantes, que iludidos pela propaganda da riqueza fácil, constituem os bolsões de pobreza, tornando o Estado paradoxalmente rico em recursos naturais e pauperismo em igualdade de renda e emprego.

Segundo Behring (2010) o capitalismo contemporâneo, marcado pela mundialização, reestruturação produtiva e o neoliberalismo, é mais um momento de “sono da razão” na história da humanidade. É nesse cenário periférico e semi-industrializado brasileiro que deve ser pensada a construção das políticas sociais e especialmente a seguridade social.

Iamamoto (2009) entende que no contexto da constituição das políticas públicas, a questão social se esconde por detrás de suas múltiplas expressões específicas, numa unidade de diversidades. As expressões aparecem sob forma de “fragmentos” e “diferenciações”, independentes entre si, traduzidas em autônomas “questões sociais” e respectivas políticas sociais.

Pereira (2001) esclarece que os direitos garantidos por meio das políticas públicas pelo Estado são os direitos sociais enquanto princípio da igualdade. Que a identificação das políticas públicas com os direitos sociais decorre do fato destes direitos terem como perspectiva a equidade, a justiça social, permitindo assim, que a sociedade possa exigir atitudes positivas e ativas do Estado como forma de vivenciá-los na prática.

Dentre as políticas públicas que foram criadas com o objetivo de fundar as bases para o crescimento do ser humano na sociedade, e principalmente para o preparo da cidadania e da formação profissional, temos aquelas voltadas para a área da educação.

Segundo a LDB- Lei de diretrizes e Bases da Educação, Lei nº 9394/96- e a Constituição Federal do Brasil de 1988, em seu Art. 205, a Educação é direito de todos e dever do Estado e da família, e de que deve ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, objetivando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Prevê como princípios: a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; o pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; a gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; a gestão democrática do ensino público, na forma da lei; e a garantia de padrão de qualidade (Art. 206). Prevê, ainda, a articulação e ao desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis e à integração das ações do poder público que conduzam à: erradicação do analfabetismo; universalização do

atendimento escolar; melhoria da qualidade do ensino; formação para o trabalho; promoção humanística, científica e tecnológica do País.

É neste contexto que se insere a educação intercultural, ou educação voltada para o povo indígena. A luta por uma educação escolar indígena de qualidade e desejada faz parte da luta mais ampla dos povos indígenas. Essa luta passa pela necessidade de garantia dos territórios, da saúde e da sustentabilidade. Estes desafios coletivos dos povos indígenas são também desafios da escola indígena (BANIWA,2013).

O autor lembra que a escola indígena foi requerida com este objetivo de ajudar na busca por soluções para estes problemas. Mas, a formação escolar e universitária é também almejada para o enfrentamento dos novos tempos difíceis da política indígena e indigenista difusa, confusa e ameaçadora dos direitos indígenas.

Baniwa (2013) acredita que a implementação das leis e normas estabelecidas, se torna a principal possibilidade de garantir uma educação escolar de qualidade para os povos indígenas, fundadas em seus anseios e planos de vida. Uma possibilidade que se constrói no dia-a-dia da própria escola.

Reverendo a história, percebemos que a construção dos estados nacionais latino-americanos impôs um processo de homogeneização cultural em que a educação escolar exerceu um papel fundamental, tendo por função difundir e consolidar uma cultura comum de base eurocêntrica, silenciando ou invisibilizando vozes, saberes, cores, crenças e sensibilidades.

Deste modo, as diferenças passam a ser concebida como realidades socio-históricas, em processo contínuo de construção-desconstrução-construção, dinâmicas, que se configuram nas relações sociais e estão atravessadas por questões de poder. São constitutivas dos indivíduos e dos grupos sociais. Devem ser reconhecidas e valorizadas positivamente no que têm de marcas sempre dinâmicas de identidade, ao mesmo tempo em que combatidas as tendências a transformá-las em desigualdades, assim como a tornar os sujeitos a elas referidos objeto de preconceito e discriminação. Trabalhar as diferenças culturais constitui o foco central do multiculturalismo(CANDAU,2011).

Para Teixeira y Lana (2011)), a interculturalidade é uma proposta de consolidação democrática, onde educação indígena deve ser oferecida pelo Estado respeitando a condição de diferença cultural e lingüística e as formas tradicionais de

conhecimento. Deve oferecer igualdade de condições de acesso e qualidade do serviço público com relação aos demais nacionais do Estado.

Candau (2011) infere que no âmbito da educação também se explicitam cada vez com maior força e desafiam visões e práticas profundamente arraigadas no cotidiano escolar. A cultura escolar dominante em nossas instituições educativas, construída fundamentalmente a partir da matriz político-social e epistemológica da modernidade, prioriza o comum, o uniforme, o homogêneo, considerados como elementos constitutivos do universal. Nesta ótica, as diferenças são ignoradas ou consideradas como um “problema” a resolver.

A dimensão cultural é intrínseca aos processos pedagógicos, “está no chão da escola” e potencia processos de aprendizagem mais significativos e produtivos, na medida em que reconhece e valoriza a cada um dos sujeitos neles implicados, combate todas as formas de silenciamento, invisibilização e/ou inferiorização de determinados sujeitos socioculturais, favorecendo a construção de identidades culturais abertas e de sujeitos de direito, assim como a valorização do outro, do diferente, e o diálogo intercultural (CANDAU,2011).

Teixeira y Lana (2010), citando Berrantes (2007), inferem que o avanço quantitativo não foi acompanhado pela qualidade da escola indígena. De acordo com os dados preliminares levantados pela coordenação das organizações indígenas da Amazônia brasileira (COIAB), a grande parte das escolas indígenas na região Amazônica continua com antigos problemas, que vão desde a carência de alimentos e material escolar até a carência de prédios e professores qualificados. Isso demonstra que existem problemas na gestão das políticas da educação escolar indígena.

É neste contexto, da educação voltada para a interculturalidade, que defendemos uma proposta de intervenção das assistentes sociais que trabalham nas escolas em região de fronteira/Pan-Amazônia, como é o caso do Instituto Federal do Amazonas, e mais especificamente nos Campi de Tabatinga e São Gabriel da Cachoeira, onde mais de 85% dos alunos são indígenas.

Desde 2012, as assistentes sociais da reitoria do IFAM realizam o acompanhamento dos alunos indígenas quanto à situação socioeconômica e pedagógica nos citados campi, e o presenciamos anualmente é uma proposta de educação sob o viés da interculturalidade, mas que na prática não consegue ser efetivada. Muitos foram os problemas identificados como entraves: formação técnica

do quadro de professores que não conseguem inserir-se dentro do paradigma da interculturalidade; dificuldade de entender a língua falada pelos alunos de diferentes etnias; a falta de material didático numa linguagem mais acessível para os alunos indígenas; a cobrança rígida das normas da língua portuguesa, dos cálculos e padrões técnicos das disciplinas técnicas, assim como da metodologia do trabalho científico; a falta de recursos materiais que garantam o atendimento das necessidades básicas dos alunos para manter-se na escola (alimentação, transporte, material didático, alojamento entre outros) imprescindível a permanência e ao êxito dos alunos. Todos esses fatores levam não somente a evasão e reprovação de um significativo número de alunos, principalmente nos primeiros anos dos cursos técnicos, mas também pelo acometimento de alguns alunos pela depressão, concentrando-se mais nos alunos internos ou que moram de favor na casa de algum “parente”, uma vez que são originários de comunidades que ficam até 15 dias de barco de distância dos Campi.

Neste contexto, o Assistente social é chamado a intervir junto a estes alunos e também professores no sentido de garantir que as condições para uma educação de qualidade realmente seja efetivada, não ficando apenas no campo do discurso. Que os alunos tenham acesso às demais políticas públicas e programas sociais, tais como: transporte, alimentação, moradia, material escolar, atendimento psicossocial e pedagógico, aulas de reforço, material didático e metodologia de ensino adequados, merenda escolar, saúde, assistência social, entre outros.

É papel do serviço social esclarecer e informar os usuários sobre os direitos e contribuir para viabilizar o acesso aos mesmos. De construir e articular-se sistemicamente com as demais instituições públicas e privadas responsáveis pela execução das políticas públicas de forma a viabilizam esses direitos, contribuindo assim na construção de uma nova sociabilidade entre os sujeitos sociais, fundada na liberdade de todos, na equidade, na justiça social, na distribuição equitativa da riqueza social além de outros.

Segundo IAMAMOTTO (2001) SALLES (1998) BRAVO (1996), a prática profissional do conjunto da categoria dispõe de condições privilegiadas para apreender o conjunto do cotidiano das classes populares. Pois está presente nas mais variadas expressões de suas esferas da vida: saúde, trabalho, educação, lazer, habitação, família etc. É esta proximidade com a vida cotidiana, aliada a competência

teórica que permitirá uma visão totalizadora desse cotidiano e da maneira como é vivenciado pelos agentes sociais.

Vasconcelos (2003) chama atenção para o fato de que o (a) Assistente Social tem muita dificuldade em trabalhar os problemas cotidianos, sem perder de vista que, nesta realidade social, ainda que seja necessário enfrentar e dar respostas às questões imediatas, estas questões não serão resolvidas enquanto o modelo de organização em nossa sociedade estiver fundado na exploração do homem pelo homem.

A autora alerta que, se o(a) Assistente Social não tiver consciência e instrumental teórico e técnicos necessários para apreender a lógica da organização social capitalista, jamais poderá desenvolver uma prática que caminhe na direção dos interesses e necessidades históricas da classe trabalhadora.

Nesse sentido, OLIVEIRA (2009) afirma que a prática profissional tem demonstrado o mau uso dos instrumentais no campo da intervenção. Não refletindo nenhuma criação e re-criação de alternativas que possam superar suas próprias dificuldades. Alguns profissionais caracterizam as intenções dos direitos sociais como uma ajuda do Estado. Outros percebem como recorrência filantrópica moderna através da sociedade civil organizada, contraditoriamente, negam-se enquanto sujeitos que se confronta com precárias condições de trabalho.

Deste modo, defendemos, uma atuação profissional junto aos alunos indígenas pautada em nosso projeto ético político, nos direitos população, na qualidade dos serviços ofertados, na equidade e na justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática junto aos campi do Instituto Federal do Amazonas em região Pan-Amazônica.

3-CONCLUSÃO

Ao final deste estudo, percebe-se que há uma conjunção dialética entre questão social, educação intercultural e a construção de políticas públicas voltadas para a garantia de uma educação de qualidade aos povos residentes em região de fronteira na Pan-amazônia.

Reafirma-se o posicionamento em favor da intervenção do(a) assistente social junto as escolas públicas federais que mediadas pelas políticas públicas, enquanto concretizadora de direitos sociais possam contribuir para o atendimento das necessidades biológicas, emocional, cognitiva, de aprendizagem, de convivência entre outras dos alunos matriculados nos Campus Tabatinga e São Gabriel da Cachoeira, minimizando a evasão e repetência dos alunos em seus respectivos cursos.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BANIWA, Gersem. EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA NO BRASIL: AVANÇOS, LIMITES E NOVAS PERSPECTIVAS, 36ª Reunião Nacional da ANPEd – 29 de setembro a 02 de outubro de 2013, Goiânia-GO

BOSCHETTI, I. (org.) Política Social no capitalismo: tendências contemporâneas, São Paulo: Cortez, 2009.

CANDAU, Vera, *Diferenças Culturais, Cotidiano Escolar e Práticas Pedagógicas, Currículo sem Fronteiras*, v.11, n.2, pp.240-255, Jul/Dez 2011 ISSN 1645-1384 (online) www.curriculosemfronteiras.org

IAMAMOTO, M.V. Renovação e Conservadorismo no Serviço Social, 7ed, São Paulo, Cortez, 2004.

LANA, Eliana, TEIXEIRA, Vanessa, Educação Interculturalidade e direito indígena à educação – A política pública de formação intercultural de professores indígenas no Brasil. *foco, Juiz de Fora*, v. 17, n. 1, p. 119-150, mar. / jun. 2012.

MÉSZÁROS, O Desafio e o fardo do Tempo Histórico. São Paulo: Boitempo Editora, 2009.

NETTO, José Paulo. Cinco Notas a propósito da “Questão Social”. In: *Revista Temporalis*, nº 03, ABEPSS, Brasília, 2001, p. 41-49.

PEREIRA, Potyara A. P. Questão Social, Serviço Social e Direitos de Cidadania. In *Temporalis* nº 3 (ABEPSS), Brasília, 2001.

OLIVEIRA, Simone Baçal de. *Conhecimento e prática profissional: o saber fazer dos assistentes sociais em Manaus*. 1ªed. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2009.

VASCONCELOS, A. Mª. A prática do serviço social: cotidiano, formação e alternativas na área da saúde-2ed-São Paulo: Cortez, 2003.